

Diversidade cultural e formação de professores

Um diálogo necessário

Nilma Lino Gomes

Professora Assistente da
Faculdade de Educação (UFMG)
e doutoranda da USP

Resumo

O artigo discute a formação de professores/as como um processo que vai além do pedagógico. É um processo político, social e cultural. Dessa forma, as vivências socioculturais dos sujeitos da educação deverão fazer parte da vida e das práticas dos centros de formação. O desafio desses centros é construir uma nova prática que inclua outros valores, outros enfoques e outras questões presentes na sociedade, na escola e nas trajetórias dos sujeitos socioculturais. A diversidade cultural é uma delas. O artigo aponta para a urgência de uma investigação sobre a formação de professores/as que inclua a diversidade cultural, tendo como enfoque o segmento negro.

Palavras-chave: negro, educação, formação de professores

Abstract

In this article the teacher training is discussed as a political, social and cultural process. Consequently, it is argued that the training should consider all experience of the trainee, whatever aspects of his or her life may be involved.

The teacher training must aim at a teaching process that includes other values and ways of understanding different aspects of society, educational institutions as well as the impact of social and cultural environments on students behavior. As a result, one of the main points that should receive immediate attention of teacher training centres is the specific situation of black people.

Key words: black people, education, teacher training.

Os contatos com a escola pública, os debates com os/as professores/as confirmam, cada vez mais, o quanto a discussão sobre a educação e a diversidade cultural no Brasil passa, necessariamente, por um recorte étnico-racial que não pode desconsiderar a população negra. Além do mais, as estatísticas nos mostram que negros e mestiços representam 45% da população do país. Só esse dado já nos fala bastante.

Aos poucos, os/as professores/as vêm percebendo que a questão étnica e racial é uma realidade presente na vida de todos nós, na construção das identidades e na prática pedagógica. A sala de aula, o cotidiano escolar e os outros espaços em que circulamos estão impregnados de valores e representações étnicos e raciais.

Essa discussão vem sendo incorporada à produção educacional dos últimos anos, porém há muito tempo ela já faz parte das reflexões e reivindicações do movimento negro. Os movimentos sociais, mais particularmente o movimento negro, sempre foram mais sensíveis à diversidade do que a escola e o Estado brasileiro. A atuação de movimentos

como o de Mulheres e o dos Negros tem sido de fundamental importância na luta pelo reconhecimento das diferenças, pela igualdade social para todos e pela afirmação da identidade negra.

Apesar dos avanços, a questão da diversidade cultural é ainda um campo carente de investigação na produção educacional e nas reflexões sobre a formação dos/as professores/as. Estamos em um momento em que começamos a formar um corpo teórico e de práticas que trazem à tona o sujeito/professor e uma reflexão sobre os seus valores, os seus preconceitos, as suas opiniões sobre o outro. Mas como iniciar esse trabalho na formação dos/as educadores/as? Como poderemos trazer a reflexão teórica sobre a diversidade, a etnia e a raça para o cotidiano da nossa formação? Não existem fórmulas mágicas. Existem tentativas, processos sendo construídos e avaliados.

Um primeiro passo nesse sentido poderá ser o trabalho com história oral, com as trajetórias de vida, a fim de compreendermos o significado do "ser negro" dos sujeitos que

participam do processo educativo escolar. Romper com as velhas opiniões já formadas, desenvolver uma escuta atenta e ouvir o que esses sujeitos têm a dizer poderá ser um caminho interessante. Depoimentos como o que descrevo abaixo atestam a importância dessa prática.

Eu me sentia banida, sabe? Eu não abria a boca mesmo, eu ficava, assim, quietinha e os trabalhos apresentados com muita dificuldade, sabe? Eu me sentia assim... inferior perante todos e era mais um motivo para eu pensar: - não vou voltar ali mais, sabe? (...) Então foi um momento muito difícil para mim e por esse motivo quase que eu abandonei o curso... (GZS, 46 anos, professora negra) (Gomes, 1995, p.150)

Esse depoimento representa a fala de uma professora negra, discorrendo sobre o seu sentimento ao frequentar o curso de Pedagogia: mais do que timidez ou acanhamento. A fala dessa professora foi produzida em um contexto de pesquisa em que se investigava a construção da identidade racial de mulheres negras. Ao associar a sua condição de negra a um sentimento de inferioridade, essa

mulher nos fala sobre uma questão complexa, que vai além daquilo que a situação podia aparentar. Cabe-nos perguntar: por que essa identidade negra construída de forma tão fragmentada? Em quê o curso no qual essa professora se formou contribuiu para mudar esse quadro? E hoje? Como lida ela com a questão racial, com a presença de alunos negros e brancos na escola?

Segundo Odorizzi (1993):

Através das atitudes com seus alunos, com seus colegas, com a comunidade escolar e, principalmente, do que passa através do ensino, vão ficando claros os preconceitos que os professores tentam negar, quando teorizam sobre o assunto. (p.50)

Podemos ler a citação acima e achá-la cabível quando falamos de professores e professoras que trabalham no ensino fundamental e médio e nas relações que estes/as estabelecem com os seus alunos e alunas. Contudo, chamo atenção para o fato de que as atitudes, as falas e os preconceitos estão presentes, também, entre os docentes dos cursos superiores, nos cursos de graduação

e pós-graduação. Será que paramos para pensar sobre isso? Será que estamos atentos aos preconceitos que muitos formadores/as de professores/as tentam negar quando teorizam sobre a questão racial? Ou quando escutam profissionais que discutem sobre o tema e convivem com eles?

Se nos anos 90, numa faculdade de educação, que tem como um dos seus objetivos a reflexão sobre a educação escolar, ainda encontrávamos professoras que expressavam um sentimento negativo devido à sua pertinência racial, o que não acontecerá com os milhares de adolescentes e jovens negros/as que passam pela nossa escola de ensino fundamental e médio ainda hoje?

Tenho clareza de que a escola não é o único espaço responsável por esse processo. A identidade negra, assim como as múltiplas identidades sociais que construímos, se dão em diferentes espaços sociais. Contudo, se o foco desse artigo é a formação de professores/as, precisamos refletir melhor sobre o papel da escola e, mais precisamente, dos centros de formação nesse processo. Afinal de contas, esses centros não formam

apenas professores/as e pedagogos/as abstratos, mas sujeitos sociais, étnicos e corpóreos.

Lembro-me da primeira vez, quando aos 7 anos de idade, ouvi a expressão: “cabelo de Bom-bril”! Alguns anos atrás, ouvi uma expressão semelhante na música “Veja os cabelos dela”¹, do humorista e cantor *Tiririca*, que gerou uma longa discussão desencadeada pelo Movimento Negro. Recordei-me, então, do sentimento que me invadiu quando criança ao ouvir uma coleguinha branca me insultar com este tipo de xingamento. Cheguei em casa, depois da escola e fui direto ao

¹ *Gostaria de registrar a letra dessa música, a qual mereceria uma análise mais profunda, que não farei aqui devido ao fato de não ser esse o tema do presente artigo. Todavia, uma breve leitura da mesma é suficiente para perceber o componente racista sobre o negro e, mais especificamente, sobre a mulher negra, presente na letra, os quais são encontrados no imaginário social brasileiro. A letra da música é a seguinte:*

Veja, veja, veja, veja, veja os cabelos dela (refrão)
parece bom-bril de arear panela (refrão)
quando ela passa me chama a atenção
mas os seus cabelos não têm jeito não
a sua catanga quase me desmaiou
olhu eu não agüento é grande o seu fedor

eu já mandei ela se lavar
mas ela teimou e não quis me escutar
essa **nega** fede, fede de lascar
bicha fedorenta, fede mais que gambá

armário da cozinha onde minha mãe guardava o material de limpeza e peguei uma esponja de Bom-bril. Apalpei-a e achei-a áspera. "Será que o meu cabelo é assim?", pensei. Notei que ele não era como o Bom-bril. Mas também não era liso e brilhoso como o das minhas colegas e da minha professora branca. Era diferente. Porém, naquele momento, pensei que ser diferente era a mesma coisa que ser feia. E para desconstruir essa autoimagem negativa, foram necessários anos de amadurecimento e a sorte de ter nascido em uma família que tem orgulho de ser negra e preserva uma dignidade ancestral.

O exemplo acima nos mostra que o reconhecimento da diferença é um processo complexo. Ele está ligado às nossas experiências mais íntimas de construção da identidade. Por isso, por mais que seja necessário ouvir os sujeitos negros que estão presentes na escola, resgatar a sua história de vida, reconstruir suas trajetórias escolares, é preciso ter sensibilidade para lidar com a questão racial e entender que não é fácil e nem tão simples falar espontaneamente sobre situações de racismo, discriminação racial e preconceito. Muitas vezes, a

opção é pelo silêncio e o ocultamento. Se queremos construir práticas pedagógicas que contemplem a diversidade, teremos que compreender melhor essa questão, pois "pensar sobre a identidade negra redundava sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disto, o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão e, simultaneamente, suprime retalhos de sua própria matéria" (Souza, 1983, p.10).

Os/as educadores/as, principalmente os/as formadores/as de professores/as estão desafiados, cada vez mais, a conhecer as nuances da profissão docente. Isso implica compreender os/as professores/as como sujeitos sociais da maneira mais completa possível e os diversos processos em que essa subjetividade é construída. Implica, também, rever valores e práticas e entender o quanto se faz necessária uma formação pedagógica que reconheça, respeite e discuta a diversidade cultural, que valorize os outros tempos e espaços em que essa diversidade se expressa.

A superação do racismo, do preconceito e da discriminação racial e de gênero na escola, passa, necessariamente por três pontos

importantes: a formação dos/as professores/as, uma postura política e pedagógica e uma revisão de valores.

Formação de professores e mudança de mentalidade: é possível?

Muito se discute que a formação dos/as professores/as é mais do que a passagem por um curso de magistério, pedagogia e licenciatura. Ela envolve diversas dimensões e tempos da vida pessoal e profissional dos sujeitos: relações familiares, influência de amigos, de antigos mestres, leituras, atividades em movimentos sociais, políticos, religiosos, culturais, entre outros. Dessas múltiplas relações e trajetórias sociais pode resultar um/a profissional mais aberto/a ou mais fechado/a para lidar com a diversidade cultural.

Os valores adquiridos nesses espaços interferem e influenciam a prática docente tanto quanto os saberes formalmente aprendidos na escola e nos centros de formação. Esses valores podem não ficar muito claros quando discutimos conceitualmente a diversidade, mas vêm à

tona nas relações cotidianas, no trato com o outro, nas práticas pedagógicas.

Como então formar um/a profissional capaz de rever valores e preconceitos construídos na sua história pessoal e social? Capaz também de reconhecer e respeitar a diversidade cultural expressa na vida, nos gestos, nas escolhas, na cor da pele, na opção sexual, no discurso e na vida de seus alunos e alunas e dos seus colegas de trabalho?

Estas são questões colocadas pela comunidade negra e pelo movimento negro para a sociedade e para a escola. Os cursos de formação de professores/as não podem se furtar a esse diálogo mais do que necessário. Eles estão desafiados não somente a formar profissionais habilitados na arte de transmitir os saberes escolares, mas, sim, profissionais que incluam na sua competência pedagógica a arte de provocar mudanças de atitudes e mentalidades, a construção de uma postura ética diante das diferenças, a sensibilidade para com os tênues processos de formação humana.

É possível ser professor/a que educa para a diversidade, porém

concordo com Vieira (1995) em que o difícil é que o sistema de formação de professores possa ensinar (sozinho) tal metodologia. Na sua pesquisa, o autor supracitado acompanhou e viu como capazes de desenvolver uma prática docente que respeita a diversidade os professores que ele considerou cidadãos interculturais, ou seja, pessoas que atravessaram, no percurso da sua própria vida, uma diversidade de contextos culturais e que entenderam a importância da dimensão cultural porque eventualmente foram mediados por adultos pouco etnocêntricos.

Essa afirmação me fez refletir muito sobre o tema deste artigo. Será que um dos caminhos para a construção de práticas formadoras que eduquem para a diversidade poderá ser um olhar mais atento aos caminhos e percursos dos/as profissionais que demonstram tal sensibilidade? Onde eles/elas aprenderam a construir uma pedagogia da diversidade? O que eles/elas podem nos ensinar? Que tipo de reflexão essas experiências, muitas vezes perdidas em diferentes escolas públicas e particulares, nos trazem?

Ao recordar a trajetória de algumas professoras negras que acompanhei durante a realização da minha dissertação de mestrado, relembro que a construção da sua identidade negra sempre esteve ligada a uma diversidade de espaços sociais. A família, a vizinhança, os amigos, a militância política, a religião afro contribuíram na formação dessa mulher negra e professora, trouxeram para ela uma cultura negra de forma viva e não livresca.

Se concordamos, então, que existem profissionais da educação que já avançaram na consciência da diversidade devido à sua atuação em diversos espaços sociais, a questão que se nos coloca é: os centros de formação têm aproveitado essas vivências para instrumentalizar os/as professores/as de maneira teórico-prática para o trato pedagógico com a diversidade? Têm desmistificado os preconceitos sobre o negro?

Esses valores acabam se tornando verdades que orientam o comportamento e a prática educativa de muitos docentes. Tornam-se também justificativas para não se trabalhar com a diversidade cultural na escola, pois esta é considerada um assunto

polêmico e, tal como a política, a religião e o futebol, não deve ser discutida. Gostaria de citar pelo menos três dos argumentos que mais tenho ouvido durante palestras e cursos que ministro e refletir um pouco sobre cada um:

1º) A questão do racismo no Brasil está com os próprios negros, pois eles discriminam a si mesmos. Se eles não se aceitam, o que podemos fazer?

2º) O problema do negro no Brasil não é tanto devido ao racismo, mas ao fato de ele ser pobre. Sendo assim, o racismo no Brasil é uma questão social e não de raça.

3º) Os próprios negros renegam a raça, pois muitos negros casam-se com brancos. Eles é que são racistas.

Se olharmos as frases acima como comentários ingênuos ou impregnados de senso comum, seríamos, talvez, levados a concordar com elas ou lamentar a profunda ignorância que refletem. Entretanto, mais do que simples comentários, essas frases traduzem um pensamento, uma mentalidade formada e forjada no imaginário social brasileiro sobre a

questão racial e não somente entre os/as educadores/as. E o que é mais sério: é uma mentalidade impregnada na escola e, muitas vezes, nos centros de formação de professores/as.

Pergunto-me se, durante o seu processo de formação, esses profissionais foram levados a refletir sobre esse discurso, se foram desafiados a analisar e a estudar a formação do pensamento brasileiro e sua relação com a questão racial, se passaram por processos formadores que os ajudaram a romper com esse tipo de mentalidade.

Se, ao analisarem a questão racial no Brasil, alguns professores/as ainda recorrem a argumentos como os acima citados e ainda justificam o fato de não se trabalhar tal questão na escola, preocupa-me o tipo de intervenção que eles desenvolvem em sua prática docente quando se relacionam com pais, mães, alunos e alunas negros e brancos. Mais complicado ainda é quando esse discurso é assumido pelos/as próprios/as professores/as negros/as. Subjacente a essas falas, está a presença de um julgamento moral no qual o negro é representado como o vilão da sua própria história, pois,

deliberadamente, discrimina os seus iguais.

Reflitamos, portanto, sobre cada uma dessas frases. A primeira afirma que o negro simplesmente discrimina a si e por isso é culpado da existência do racismo. Tal afirmação demonstra pouco conhecimento sobre a relação entre processo histórico, escravidão, racismo e dominação político-cultural, tão debatida por intelectuais como Ianni (1975), Oliveira (1976), Fernandes (1978), Leite (1983), Brandão (1986), Moura (1988), Munanga (1990),² entre outros. Demonstra, também, pouco conhecimento e sensibilidade para com o tipo de racismo construído no Brasil. Um racismo que se mantém graças à sua ambigüidade, ao histórico movimento de afirmação/negação. Esse tipo de ambigüidade afeta a vida, a identidade e as escolhas de negros e brancos. Seus efeitos são tão maléficos a ponto de se instalar no discurso de todos nós, tornando-se senso comum, até de suas "vítimas".

O racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se

através das mais diversas práticas sociais e pedagógicas.³ Será que essas reflexões estão presentes nos cursos de formação de professores/as? Será que estes/as profissionais refletem sobre essas questões?

O segundo argumento refere-se à clássica discussão sobre raça *versus* classe social. Por mais que estudos e pesquisas como os de Hasenbalg e Silva (1988)⁴, entre outros, nos comprovem que a opressão de classe

² Cito aqui somente algumas das obras desses autores. Alguns deles possuem uma produção muito vasta e que deveria ser leitura obrigatória nos cursos de formação de professores.

IANNI, Otávio. *Escravidão e história*. Debate e crítica. São Paulo, n.6, p.131-144, jul.1975.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude brasileira: perspectivas e dificuldades*. Revista de Antropologia, São Paulo, n.33, p.108-117, 1990.

³ Essa idéia é trabalhada num artigo escrito pelo professor João Batista Borges Pereira. Seria muito bom consultar: BORGES PEREIRA, João Batista. *Racismo à brasileira*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias políticas de combate ao racismo*. São Paulo: EDUSP, 1996.

⁴ HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

não anula a discriminação racial, mas que ambas são formas distintas de exclusão social, racial e cultural, esse discurso ainda é muito presente na sociedade e na escola.

Os estudos e pesquisas sobre o negro no mercado de trabalho realizados por Bairros (1986)⁵ têm comprovado o quanto a discriminação racial é considerada como mais um fator para que a nossa sociedade, classista e excludente, mantenha alijada das instâncias de poder e de decisão uma grande parcela da sociedade brasileira. Uma parcela que tem cor e sexo. O lugar ocupado pelos negros na sociedade de classes é inferior ao lugar ocupado pelos brancos. Dentro da própria classe trabalhadora existe uma divisão étnico-racial. O movimento negro vem há muitos anos denunciando essa situação e cobrando da sociedade e dos partidos de esquerda que incluam em sua pauta de luta o compromisso com a superação do racismo.

Não podemos desconsiderar que o número de educadores atentos a essa questão tem aumentado nos últimos anos. Porém, a grande maioria ainda prefere discutir a escola e a questão racial somente do ponto de

vista sócioeconômico. Tal atitude é reducionista, pois omite as outras relações existentes na sociedade e dentro da instituição escolar. Relações e práticas que interferem no processo de escolarização e na construção da identidade. Reconheço a importância de se discutir a desigualdade social na sociedade e na escola e de se contrapor a ela, porém é preciso dar visibilidade à raça nesse processo de luta.

Desde a década de 80, os estudos sobre a relação escola/classe social ocupam um lugar privilegiado nos cursos de formação de professores/as. Entretanto, como essa relação não esgota todas as análises sobre a educação brasileira, urge que esses cursos incluam na sua prática, no seu currículo, estudos e pesquisas que discutam os vínculos entre educação, etnia/raça, gênero e classe social.

E, por último, temos o terceiro argumento. Este diz respeito aos relacionamentos inter-raciais. Não se percebe nesse tipo de fala uma

⁵ BAIRROS, Lúcia H. de. *O negro na força de trabalho*. Cadernos do CEAS. Salvador, n.140, p.55-61, jul./ago.1986.

abertura para se entender a complexa relação entre os fatores socioculturais, a miscigenação e a identidade negra. Antes, nota-se a presença de um discurso que, ao julgar previamente as escolhas afetivas, incorre em uma generalização de todos os casos e vê o sujeito negro aprisionado na sua própria condição racial. Será que para provar que não é racista, um negro só poderá se relacionar profissional, intelectual e afetivamente com pessoas do seu círculo racial? Nesse caso, qualquer um que ouse romper com essa regra é visto como aquele que renega a própria raça. O sujeito negro, então, não é livre para fazer escolhas profissionais, afetivo/sexuais em outros círculos étnico-raciais. E, se por acaso o fizer, será penalizado ou olhado com desconfiança.

Cobra-se do sujeito negro tudo aquilo que, geralmente, não se cobra de outros grupos étnicos. Por quê? Seguindo esse lógica, o fato de a maioria dos brancos “casarem” entre si é também um caso de racismo. Será que esse ponto é levado em consideração?

Não estou desconsiderando que esse processo tem relação com o

racismo e com a fragmentação da identidade negra. Muitos casos de relacionamentos inter-raciais estão relacionados a uma história de introjeção do racismo e à construção de uma baixa auto-estima. Ninguém pode negar a nefasta influência da política do branqueamento sobre a vida e a formação da identidade de negros e brancos no Brasil. O racismo leva o próprio negro a superestimar o branco e a negar a sua própria condição racial. A mistura racial ainda é vista como uma forma de “clarear a raça”. Entretanto, mais do que emitir precipitadamente um juízo de valor e generalizar todos os casos de relacionamentos inter-raciais que conhecemos, é preciso tomar o cuidado para não colocar o sujeito negro em uma camisa de força. Muitas vezes, ouvimos comentários de que os negros que preferem se relacionar afetivamente só com negros são racistas e, em outros momentos, ouvimos que aqueles que se relacionam com brancos ou com pessoas de outros grupos étnicos também o são.

Se o desejo de “pureza racial” é o que orienta um relacionamento afetivo inter ou intra-racial, ambos são

passíveis de questionamento. Essa questão nos mostra o quanto as semelhanças e as diferenças são mais complexas do que o nosso discurso aponta. Na prática, elas podem estar localizadas muito mais em zonas de litígio do que de boa vizinhança.

Diante disso, o que fazer? Quais são os limites entre subjetividade, consciência racial, escolha afetiva e liberdade? Será que o/a parceiro/a branco/a que se relaciona com o negro é, então, uma pessoa isenta de preconceitos? Por que a sua escolha afetiva é vista em algumas situações como um gesto corajoso e louvável? E em outros momentos, principalmente quando nos referimos aos brancos que se casam com negros de melhor poder aquisitivo, essa escolha é vista como puro interesse financeiro? Será que todos os casos se encaixam nesse tipo de situação? Refletindo melhor, qual é o nosso direito de questionar as escolhas afetivo/sexuais?

Será que o sentimento comporta uma leitura e uma patrulha ideológica? A relação entre a trama afetivo/sexual e a questão racial é tão complexa que tecer considerações extremistas e precipitadas sobre ela só demonstra

uma atitude de intolerância racial. Quem sabe a sociologia, a psicologia e a psicanálise não aceitam o desafio de entender essa questão e nos apontar caminhos para compreendê-la?

Os três argumentos acima discutidos e que são recorrentes nas diversas palestras e cursos que tenho ministrado em diferentes regiões do Brasil representam a fala de profissionais da educação das mais diversas áreas. Muitas vezes, são profissionais que têm interesse em discutir a questão racial. Isso nos mostra que estamos diante de um quadro em que formamos profissionais que discutem sobre a desigualdade social, os movimentos sociais, os efeitos das novas tecnologias, os processos de gestão democrática, as políticas educacionais, as propostas curriculares, entre outros assuntos, porém, corremos o risco de esses mesmos profissionais passarem pelos nossos centros de formação e não mudarem o seu pensamento e a sua postura sobre a dinâmica cultural, as muitas e múltiplas facetas do racismo. Será, então, que os processos de formação de professores/as (inicial, continuada e em serviço) não deveriam estar atentos à necessidade

de uma mudança de mentalidade que privilegie a diversidade cultural?

Existe luz no fim do túnel?

Para se repensar a formação dos professores/as na perspectiva da diversidade cultural, podemos adotar um caminho mais humilde e menos arrogante: conhecer e divulgar experiências bem sucedidas com a diversidade cultural que vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil.

Muitas dessas experiências desenvolvem-se paralelas à educação formal. São realizadas por ONGs, movimentos sociais, pastorais negras, escolas comunitárias, projetos sociais. E isso não acontece casualmente. Por isso, se desejamos entender os movimentos de afirmação da diversidade cultural, precisamos, antes de tudo, vê-los de forma autônoma e não somente pelo prisma da educação escolar.

Sendo assim, podemos questionar: por que a educação formal é tão pouco sensível à diversidade? Quais são os bloqueios que impedem que os movimentos de afirmação da diversidade cultural sejam incor-

porados à escola e aos centros de formação? Por que esses centros não buscam aprender e conhecer a pedagogia dos movimentos sociais? A pedagogia da diversidade?

Não posso generalizar e afirmar que a pedagogia da diversidade desenvolvida na maioria das vezes fora da escola regular nunca encontra espaços de sobrevivência dentro da rede regular de ensino. Porém, é preciso reconhecer que essas práticas são desenvolvidas por educadores e educadoras sensíveis à cultura. A questão é se essas experiências têm recebido, dentro da instituição escolar, o apoio necessário para que ganhem visibilidade.

No que diz respeito às experiências extra-escolares, gostaria de citar algumas que merecem nossa atenção como profissionais e pesquisadores/as. Uma delas é o trabalho do Núcleo de Estudos Negros - NEN - de Florianópolis. Além de publicações e de folhetos informativos, esse grupo tem produzido vídeos, promovido debates com a presença de especialistas na área, orientado projetos nas escolas, etc. A série "Pensamento Negro em Educação" é uma publicação desse grupo que

deveria fazer parte da biblioteca de todo/a professor/a.⁶

O Projeto de Extensão Pedagógica do *Ilê Aiyê*⁷, em Salvador, é também uma experiência que deve ser conhecida e que trabalha na fronteira da mudança de valores e instauração de novas práticas. Esse projeto tem realizado trabalhos em parceria com escolas públicas, capacitando professores/as e envolvendo os alunos em projetos pedagógicos e oficinas cujo objetivo principal é a temática racial. Além desse projeto, o *Ilê Aiyê* mantém, desde 1988, a escola comunitária de ensino fundamental 'Mãe Hilda', no bairro da Liberdade, cujo projeto pedagógico tem como base a cultura e a história do povo negro no Brasil. O *Ilê* mantém ainda uma escola de percussão, a Banda *Erê*, formada por crianças da comunidade e por meninos de rua. Para quem quiser acompanhar todos esses trabalhos, a Associação Cultural *Ilê Aiyê* publica o *Caderno de Educação do Ilê Aiyê*, um material que pode ser adquirido e utilizado pelas escolas e pelos centros de formação de professores.

Posso citar ainda mais uma iniciativa que vale a pena se observar

e conhecer para se compreender um tipo de trabalho com a diversidade: o desenvolvido pelos Agentes de Pastorais Negros em Belo Horizonte - Minas Gerais. Essa organização do Movimento Negro vem desenvolvendo, junto às crianças, adolescentes e jovens negros e pobres dessa cidade, vários projetos educacionais paralelamente à educação formal. Um deles se chama "Criança Negra, Criança Linda". Ele tem como objetivo aumentar a auto-estima da criança negra, através da afirmação da cultura negra, do padrão estético. Desenvolvem-se atividades que compreendem a dança, o teatro, as artes plásticas, a música, o artesanato, os penteados afros, entre outros.

Apesar dos problemas, do caráter voluntário de muitas dessas experiências, do pouco financiamento, da rotatividade de pessoal, da falta de infra-estrutura adequada, elas

⁶ Para melhor conhecer o trabalho do NEN: Núcleo de Estudos Negros - Rua João Pinto, 30, sala 303, CEP 88.010-420 - Centro - Florianópolis - SC - Tel: (0xx48) 224-0769 e 322-0692, e-mail: nensc@ig.com.br.

⁷ A Associação Cultural *Ilê Aiyê* surgiu há mais de 22 anos a partir do bloco carnavalesco *Ilê Aiyê*. O endereço para contato é: Rua do Curuzu, 233 - Liberdade - CEP.: 40.365-000 - Salvador - Bahia - Telefax: (0xx71)241-4969.

têm tido resultados surpreendentes, que contribuem com o rendimento e a aprendizagem na escola dos sujeitos que delas participam, ou seja, esses projetos acabam contribuindo com a experiência escolar ou construindo as suas próprias experiências escolares, as quais são muito mais significativas para as crianças, adolescentes e jovens negros, como é o caso da escola do *Ilê Aiyê*.

Poderia também citar o trabalho de formação de mulheres realizado pela Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu em Vitória - ES. Há muito tempo perdi o contato com essa instituição, porém insisto em mencionar o trabalho que acompanhei em meados dos anos 90. Essa associação realiza trabalhos que estimulam a construção de uma autoestima positiva de mulheres negras, realizando oficinas nos bairros, promovendo eventos e seminários. Muitas mulheres negras que estão em contato com a Oborin Dudu são professoras e é ali, naquele espaço, que elas renovam suas forças e afirmam a identidade negra. São estas mulheres que levam para as diferentes escolas daquela cidade um outro olhar sobre a realidade racial e imple-

mentam novas práticas em sala de aula, a partir do que vivenciam no espaço da associação. São elas, também, que levantam a questão da discriminação racial e de gênero na escola e que se mostram mais atentas e sensíveis à relação entre a escola e a dinâmica cultural.

Por último, gostaria de registrar o trabalho do Movimento Negro Unificado (MNU). Essa entidade do movimento negro, de caráter nacional, tem discutido a situação do povo negro nas diferentes áreas: política, educacional, saúde, trabalho, entre outros. A sua luta contundente contra o racismo tem mobilizado a opinião pública desde o final dos anos 70, quando foi fundado. O MNU tem como uma de suas iniciativas a realização de trabalhos com a comunidade negra, indo até os bairros, vilas e favelas, realizando palestras, atos públicos e ajudando a resolver problemas relacionados à garantia dos direitos humanos, denunciando crimes de racismo e de violência policial. Essa organização possui em seus quadros políticos, professores/as, funcionários/as públicos/as, estudantes, jornalistas, etc., que levam para dentro dos

espaços em que circulam a discussão política sobre a questão racial no Brasil.

Os encontros e práticas desenvolvidos pelo MNU representam um espaço formador por excelência. Esse movimento já elegeu deputados e vereadores e conta com um quadro de professores/as e pesquisadores/as das mais diversas áreas.

Poderia citar muitas outras práticas e ações que têm como foco a diversidade cultural, mas no momento gostaria de ressaltar algo preocupante que diz respeito a todos esses projetos e que coloca em xeque o projeto educativo que vimos desenvolvendo: Por que será que muitas pessoas que são atingidas por tais projetos e que lá se socializam e se re-educam encontram dificuldade de permanecer e de se socializar na escola formal? Por que será que esses espaços acabam educando para a diversidade mais do que a escola e os centros de formação?

Acredito que discussões como essas deveriam ser incorporadas à formação de professores/a. Quem sabe os/as educadores/s se dispõem

a aprender a pedagogia dos movimentos sociais? Essa pedagogia nos ensina que antes de se pensar o “como fazer” (um traço marcante da pedagogia tradicional!), há que se considerar que um dos fatores que pode nos ajudar a construir uma educação para a diversidade é a mudança de mentalidade sobre o diverso e sobre o semelhante. Isso resulta em rever valores, preconceitos e posturas. Significa entender a educação como processo de humanização e não somente de transmissão de conteúdos e de politização de consciências. O humano se torna cada vez mais fascinante pela sua diversidade. Olhar a realidade social com essas lentes nos ajudará a implementar um outro tipo de ação política como cidadãos e cidadãs que somos. A cidadania estará, assim, vinculada a um projeto social que entende a igualdade de oportunidades e de direitos sociais colada à luta, ao reconhecimento e ao respeito à diversidade cultural. Inserir essa discussão na formação de professores/as torna-se, hoje, um desafio para todos nós e um diálogo mais do que necessário.

Referências Bibliográficas:

- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- _____. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, SEF, 1999, p.137-149.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz G. *O jogo das diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- LIMA, Ivan; ROMÃO, Jeruse & SILVEIRA, Sônia M.(orgs.). *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis: NEN, 1999.
- ODORIZZI, Carmem Maria Andrade. O preconceito na relação professor/aluno. *Revista do Professor*. Porto Alegre, v. 34, n.9, p. 50, abr/jun.1993.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- VIEIRA, Ricardo. Mentalidades, escola e pedagogia intercultural. *Educação, Sociedade e Cultura*. Lisboa, n.4, p.127-147, 1995.